



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

ROSÂNGELA SOARES SOUTO

**AS DIFICULDADES QUE OS DISCENTES DO CAMPO ENFRENTAM PARA DAR
PROSSEGUIMENTO AOS SEUS ESTUDOS: SONHOS E DESAFIOS**

**CAMPINA GRANDE
2014**

ROSÂNGELA SOARES SOUTO

**AS DIFICULDADES QUE OS DISCENTES DO CAMPO ENFRENTAM PARA DAR
PROSSEGUIMENTO AOS SEUS ESTUDOS: SONHOS E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito para obtenção de grau de especialista.

Orientadora: Professora Mestra Carla Dantas

CAMPINA GRANDE
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S726d Souto, Rosângela Soares

As dificuldades que os discentes do campo enfrentam para dar continuidade aos seus estudos [manuscrito] : sonhos e desafios / Rosângela Soares Souto. - 2014.

38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Carla Maria Dantas Oliveira, História".

1.Campo. 2.Educação. 3.Contextualização. 4.Oportunidade. 5.Discente. I. Título.

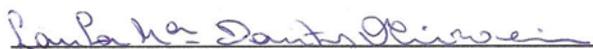
21. ed. CDD 372

ROSÂNGELA SOARES SOUTO

**AS DIFICULDADES QUE OS DISCENTES DO CAMPO ENFRENTAM PARA DAR
PROSSEGUIMENTO AOS SEUS ESTUDOS: SONHOS E DESAFIOS**

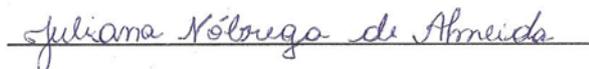
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19/07/2014



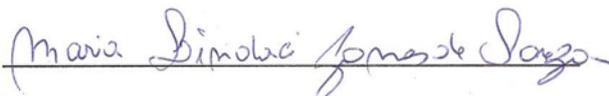
Prof.^a Me. Carla Maria Dantas Oliveira - UEPB

Orientadora



Prof.^a Me. Juliana Nobrega Almeida- UEPB

Examinadora



Prof.^o Me. Maria Lindaci Gomes de Souza- UEPB

Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais Fátima e Irenaldo e aos meus irmãos Nicomedes e Rosemberg, a Professora Carla e também a todos os meus amigos que direto ou indiretamente contribuíram para mais uma realização profissional e pessoal importante para a minha vida, que com a permissão de Deus estou chegando à etapa final com a sensação de dever cumprido.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por acreditar na sua existência e que ele de alguma forma me deu saúde e forças para ultrapassar as dificuldades surgidas no decorrer da especialização.

Acredito que não devo citar nomes de todas as pessoas que me incentivaram apoiando-me durante toda a trajetória que em breve estarei concluindo com imensa felicidade, pois estaria sendo injusta com algumas delas.

Porem, não poderia deixar de agradecer em especial a minha orientadora, Professora, Mestre Carla Dantas, a qual me despertou o interesse em pesquisar sobre Educação do Campo. Demonstrando um interesse em disponibilizar tempo, compreensão, paciência confiança e generosidade ao recebermos na sua casa quando não era possível encontrarmos nos Campos Universitários (UEPB), para esclarecer nossas dúvidas apresentadas a ela, dessa forma nos demonstrou boa vontade em compartilhar conosco o nosso crescimento tanto intelectual quanto pessoal depositando-nos confiança e credibilidade a nossa força de vontade.

Por fim agradeço imensamente a minha família que mesmo sendo humilde sempre me orientou de forma digna mostrando-me que o único meio de ter uma condição melhor seria através dos estudos, por essa razão agradeço principalmente, à minha mãe, meu pai aos meus dois irmãos ao meu namorado Marcos aos amigos Stefânnya, Jocelmo, também não poderia esquecer de agradecer aos amigos de sala: Rozalva, Thiago, Tércio, Valda e Ulisses pela amizade conquistada, pelos conhecimentos compartilhados e pelas risadas dadas.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho aborda o descaso para com a educação do homem do campo a qual é oferecida seguindo um modelo urbano, pois durante muito tempo o campo foi visto como lugar de atraso e os cidadãos que compõe esse meio tiveram que conviver com os preconceitos, injustamente eram tidos como matutos e incapazes. Porém meio aos preconceitos e descasos com a educação do campo, surgiu os Movimentos Sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que além de lutar pela a reforma agrária também toma a iniciativa de lutar em prol de uma educação voltada para realidade do campo devido encontrar-se planejada nos parâmetros urbanos, ou seja, descontextualizada da realidade camponesa. Mas com o passar do tempo se observou que havia a necessidade urgente de mudar o currículo e a metodologia direcionada a educação do campo para que pudessem proporcionar as mesmas condições e oportunidades oferecidas aos discentes urbanos, nesse caso as políticas públicas devem dar um pouco mais de importância ao ensino no campo, fazendo com que através da educação se processe a socialização e o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem do discente do campo proporcionando a inserção como cidadão com direitos e deveres de forma igualitária.

Palavras-chave: Campo. Educação. Contextualização. Oportunidade. Discente.

ABSTRACT

This paper addresses the neglect of the education of the peasant which is offered following an urban model, as long as the countryside was seen as a place of backwardness and citizens that make up this medium had to live with prejudice, unfairly were seen as yokels and incapable. But amid the prejudice and negligence of rural education, Social Movements emerged as the MST (Movement of Landless Rural Workers), which in addition to fighting for agrarian reform also takes the initiative to fight for the sake of an education geared towards reality in the Field due to meet planned in urban parameters, ie, decontextualized peasant reality. But over time we found that there was an urgent need to change the curriculum and methodology targeted rural education so that they could provide the same conditions and opportunities for urban students, in this case public policies should give a little more importance to education in the Field, making through education is the socialization process and the development of the learning process of the student's Field providing insertion as a citizen with rights and duties equally.

Keywords: Field. Education. Contextualization. Opportunity. Student.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Os parâmetros importantes para que ocorra uma reflexão sobre a implantação de uma política pedagógica no campo.....	12
2.1 O conhecimento adquirido fora da escola.....	13
2.2 A função pedagógica da educação e suas concepções.....	15
3. Educação como advento do saber e desenvolvimento social.....	18
3.1 A reivindicação da população do campo quanto à qualidade da educação prática no campo.....	20
4. A educação do campo: ensinar e aprender como fatores preponderantes no processo ensino-aprendisagem.....	23
4.1 A sociedade camponesa e sua importância para a sociedade capitalista atual.....	25
4.1.1 Principais problemas encontrados pelos discentes do campo.....	29
4.2 Os novos desafios para a educação do campo no próximo milênio.....	31
5. Considerações finais.....	34
Referências.....	35

INTRODUÇÃO

Há um profundo descaso com relação ao campo, mas especificamente como lugar de produção de vida e de sociabilidades. O campo por muito tempo foi tratado apenas como espaço produtor de matéria prima, relegando ao anonimato os sujeitos que constituem esse espaço, quando não tanto estereotipados através do discurso moderno em que o campo e suas práticas são colocados como sinônimo do atraso, estabelecendo novos padrões para o mesmo.

Analisando o discurso moderno, foram inúmeras as propostas educativas de cunho formal e informal para o meio rural. Mas tais experiências, porém, sempre foram fragmentadas, e muitas vezes aplicadas a atender aos interesses do capital, conflitantes com os interesses individuais, tendo papel secundário nas políticas educacionais.

Através da CEB (Câmara da Educação Básica) Lei nº 9.131/95 e na Lei nº 9.395/96 – LDB foi elaborada as normas pertinentes aos sistemas de ensino no tocante a sua responsabilidade e aos direitos que todo cidadão tem. Este direito refere-se ao direcionamento das diferenças, onde o discente deve ser tratado como um ser único e onde a qualidade da educação deve ser direcionada para sua inclusão social e econômica.

A educação rural é muito complexa, pois, se refere além dos espaços circundantes, também as atividades agrárias (agricultura e pecuária), pesca, extrativismo, dentre outros.

Arroyo (2011, p. 180) afirma que no século XX a educação rural foi tratada como um advento para restringir os movimentos migratórios e possibilitar um maior desenvolvimento das atividades agrárias, ou seja, aumento da produtividade do campo.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola através do Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, objetivava apenas a formação profissional do homem do campo. Neste sentido, não contribuiu para o reconhecimento da importância dos valores culturais e a equiparação entre o modelo de educação rural e urbano, o que causou o distanciamento das comunidades pobres que almejavam por uma educação profissionalizante, discute Arroyo (2011p. 184).

Apenas após a promulgação da Constituição de 1988, ocorre a universalização da educação, pois esta se define como direitos de todos e dever do Estado, não mais separando a educação rural da urbana.

No entanto, a Constituição de 1988, ainda deu um sentido de exclusão à educação rural, que só veio a ser vista como prioritária a partir da mobilização popular. Só a partir da participação dos movimentos sociais do campo que a educação rural passa a ser vista como

algo de importância através das lutas dos movimentos sociais em se dar uma melhor condição a tal propositura.

Nas constituições estaduais o ensino rural incluindo todas as suas prerrogativas deve ser adaptável ao ciclo econômico vigente e ao seu aspecto climatológico, contribuindo assim para uma ampla melhora das condições sociais do discente quanto ao seu aproveitamento escolar.

Neste contexto, as Constituições estaduais também determinam uma ampliação da escola no campo, contextualizando sua função e atividades a realidade do adolescente.

Contudo, as Constituições Estaduais e Federais não dizem como se deve traduzir em benefícios a educação rural para os adolescentes residentes neste espaço, porque a educação em nosso país não foi didaticamente construída para esse fim, mas com características urbanas, o que com o tempo vem sendo adaptada para o espaço rural.

Quanto a educação rural os dispositivos colocados nas constituições não traduzem nenhuma preocupação com os aspectos regionais. Os textos são meramente urbanos e não se identifica com a realidade do discente deste espaço.

A educação rural tem como objetivo o letramento do discente e sua preparação para o trabalho, assim, não dando o prosseguimento aos seus objetivos e as funções por ela determinada, ela não se constituirá como ferramenta que contribui para o desenvolvimento do discente do campo.

Esta educação não se contabiliza de forma qualitativa sendo necessário o êxodo do discente para o meio urbano para dar prosseguimento aos seus estudos, já que em sua localidade a disponibilidade de cursos de maior qualificação profissional é praticamente inexistente.

Neste sentido, a educação não tem efetivamente determinado seus objetivos no que se refere ao processo de socialização e desenvolvimento psicossocial do adolescente.

A Constituição de 1988 em seu art. 208 e 210 descreve o espaço rural diferenciado de outros espaços, porém, ao mesmo tempo integrado aos demais aspectos da sociedade ocasionando uma inter-relação entre ambos.

Através deste processo de adaptação do discente se deveria realizar uma adequação do sistema educacional através da instituição de uma nova política educacional que visualizasse as características do campo. A visualização dos parâmetros socioculturais, igualitários e diferenciais, possibilitou a formulação de políticas voltadas exclusivamente ao contexto rural.

O inciso I e II do art. 28 da Lei nº 9.394/96 LDB estabelece que na constituição dos paradigmas da educação devam levar em conta nas suas finalidades, conteúdos e metodologia

empregada no processo de ensino, as características pertinentes do discente do campo através de seu conhecimento pré-determinado.

Nesta perspectiva, se determina que o discente já tenha um conhecimento que deve ser aproveitado para dar início ao seu processo de desenvolvimento, incluindo este conhecimento no processo ensino aprendizagem.

Assim, a formulação da política educacional para a educação básica do campo, passa por uma profunda valorização do modo de vida do discente rural (vida social), como também seu modo de ver o seu espaço circundante, fazendo a separação entre o rural e o urbano.

Observa-se através do tempo que a educação rural necessita de modificações que traduzam o anseio de um discente curioso e apto por conhecimentos que traduzam sua vivência no campo.

Portanto, se faz necessário uma educação no campo que se caracterize com as questões sociais dos discentes não nos moldes urbanos, mas com afinidades sociais e ambientes característicos da vivência destes discentes camponeses.

Desse modo, este trabalho direciona-se a produzir uma análise a respeito da disparidade curricular existente quando se analisa a educação do campo, já que a mesma não inclui a cultura do homem do campo como parte do processo de ensino aprendizagem, observando como este descaso contribui para elevar os índices de analfabetismo ou o baixo grau de escolaridade do indivíduo do campo.

O mesmo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, o qual se encontra dividido em três capítulos: iniciaremos o primeiro capítulo com uma discussão enfatizando o currículo escolar antes mesmo dos Movimentos Sociais começarem a reivindicar por uma educação voltada ao homem do campo devido, neste contexto o currículo apresentar apenas características urbanas, menosprezando a população do campo, visto como lugar de atraso.

No segundo capítulo buscaremos enfatizar a questão da legislação educacional, devido a mesma não levar em consideração o contexto histórico de cada região, generalizando, assim, a história e o espaço geográfico dos povos, oferecendo uma educação igualitária para todos, porém sem qualidade, ou seja, contrariando as reivindicações dos Movimentos Sociais que ao longo da história luta por uma educação igualitária, mas que acima de tudo respeite também o contexto de cada grupo social, criticando, desse modo, a educação brasileira voltada para os grupos dominantes. Discutiremos também a tentativa de despertar para a prática mais adequada direcionadas aos discentes, colocando também em 13 pauta a legislação em vigor que descompromete uma obrigatoriedade exclusiva do Estado em relação a educação

passando a dividir a responsabilidade de educar para a família, podendo se estender para a sociedade.

Por último no capítulo III, discutiremos, dentre outras coisas, o que pode ser feito para que as disparidades entre os povos camponeses e os povos urbanos deixem de existir, ou seja, as cobranças e implantações de políticas públicas voltadas ao homem do campo.

Quanto ao referencial teórico que utilizaremos na presente pesquisa podemos destacar: Rocha e Gonçalves (2010), Arroyo, Caldart e Molina (2011), Ministério da Educação (2002), utilizamos também alguns sites que trazem informações a respeito do assunto em pauta que se encontram nas referências bibliográficas.

1 OS PARÂMETROS IMPORTANTES PARA QUE OCORRA UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PEDAGÓGICA NO CAMPO

A educação é direito constitucional de todo cidadão e este direito deve ser garantido pelo Estado na garantia de meios para que este processo educativo aconteça. A educação, nesse processo, se torna ferramenta de fundamental importância para que a ideia e a legitimidade do poder estatal sejam garantidas. Para Saviani (2005, p.13) “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

No processo social o ser humano se humaniza através das várias relações existente entre os vários seres pensantes que participam da ação, onde a troca de experiência é o ponto culminante desta relação.

Os vários movimentos sociais existentes no campo, que se formaram no decorrer de nossa história, determinaram uma coletividade e a construção de uma identidade, cujo objetivo se constitui na defesa dos direitos e deveres instituídos pela ideia de cidadania.

De acordo com a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo os movimentos sociais o MST e a CNBB tinha como reivindicações: implantação de escolas e acesso a mesma, como também o cultivo da valorização do estudo. Tal propositura teve importância significativa na construção de uma identidade própria para o campo, pois foram norteadoras para a transformação da sociedade, se contradizendo de um modelo capitalista, que não se direciona para a satisfação coletiva e sim individual.

Quando analisamos o modelo educativo construído pelos movimentos sociais do campo, como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é possível notar que:

Atualmente a luta e a reflexão pedagógica do MST se estendem da educação infantil à Universidade, passando pelo desafio fundamental de alfabetização dos jovens e adultos de acampamentos e assentamentos, combinando processos de escolarização e de formação da militância e da base social Sem Terra. (ARROYO, 2011, p. 92)

Assim, é possível notar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação rural, as quais se constituem como modelo transformador e de grande contribuição para as mudanças pedagógica e/ou sociais no que se refere a uma educação qualitativa e direcionada a realidade do homem do campo. Segundo a *I Conferência Nacional* (1998, p.

161) a principal proposta é desvincular a educação do campo do modelo urbano que garanta a todos o acesso à educação.

Neste contexto, percebemos como os movimentos sociais se determinam como processadores de uma pedagogia voltada para as questões de luta, onde a educação é visualizada pelo educador como sendo um processo educativo e, portanto, que institui modelos classificadores e dialógicos com os poderes que a institui. Contudo, a prática pedagógica crítica, desvinculada do sistema hierárquico, deve ser realizada na escola pública que se pretende democrática, propiciando a participação de todos os envolvidos em sua idealização.

1.1 O conhecimento adquirido fora da escola

A concepção de educação é muito ampla, não se restringindo apenas a aprendizagem do ler e escrever, como também não se concebe apenas em âmbito escolar, mas também nas vivências, nas relações sociais.

No entanto, o processo formativo ainda é visto como sendo adquirido exclusivamente dentro da escola, pois ao longo do tempo, e, com um pesar, na contemporaneidade, ficou a cargo da escola a responsabilidade pela formação social, mas infelizmente esta não acompanha, no processo de sua formação, a diversidade que constitui seus integrantes, como, por exemplo, da população do campo, e da falta de uma pedagogia que determinasse uma educação com características peculiares ao campo.

Vivenciamos um tempo de grandes transformações e mudanças da vida cotidiana. Seus autores se reconfiguram a uma velocidade nunca antes vista e seus espaços de vivência, mas as instituições escolares ainda possuem grande dificuldade de entender e acompanhar a rapidez como estas mudanças se processam.

E mesmo em um contexto onde o tempo de mudanças é perceptível, a educação ainda possui grandes dificuldades em conceber projetos e elementos que se configurem como eficazes para atender a complexidade da diversidade que a forma, concebendo um modelo educacional que prioriza a vivência da população urbana em detrimento da vivência da população do campo, ainda visto como o lugar do atraso e da falta de perspectiva.

O conhecimento que o adolescente adquire fora do espaço escolar tem contribuído para o questionamento da escola como modelo hegemônico e com isso surge a urgência da necessidade de construirmos uma escola voltada a pluralidade.

Ao analisarmos o currículo (um dos elementos condutores do processo educativo) é possível perceber as contradições do que diz, do que se escreve e do que se vive na e para a sala de aula. Nesse contexto, a figura do educador se torna peça fundamental na condução desse currículo, estabelecido como modelo do processo de ensino aprendizagem. Paulo Freire discute que a política da educação exige que o educador esteja a favor de um projeto de sociedade e, portanto, contra certos esquemas de sociedade (FREIRE, 2010, p.139 apud ROCHA 2001).

Neste processo mediador, o educador compreende a figura central no desenvolvimento do processo educativo direcionado ao indivíduo do campo, quanto à luta em prol da formação do cidadão contestador.

A luta por certos direitos como a posse da terra, ao alimento, a cidadania, se fortalece a partir da reivindicação por uma escola de qualidade no campo, que deve ser entendida como importante ferramenta de debate, de luta de direito constituído, contribuindo assim para a construção de indivíduos mais críticos e produtivos de uma sociedade mais justa e com menos desigualdade social.

O modelo de educação instituído no Brasil foi tão profundo que acarretou um processo de exclusão social que se perpetua até o tempo atual. A educação de qualidade ainda se constitui como de posse de poucos eleitos e excluídos para a camada da população mais pobre economicamente e neste caso referindo-se a população rural.

No que diz respeito à educação rural até então não se havia o interesse em propiciar uma educação voltada às características do homem do campo. Só a partir do século XX que se iniciou a discussão sobre a educação rural tendo como marco o primeiro Congresso de Agricultura do Nordeste brasileiro, realizado em 1923. (ROCHA, 2010, p. 101).

De acordo com Rocha (2010), foi nesse contexto de mudanças que se começou a pensar em uma educação voltada para o homem do campo, tendo como objetivo prepará-los para o trabalho e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento da agricultura, ou seja, deixando claro que a visão que ainda se tinha do homem do campo era de coitadinhos e sem propósitos futuro.

1.2 A função pedagógica da educação e suas concepções

Os novos desafios da educação, posterior ao desenvolvimento, como instrumento de transformação psicossocial do ser humano, ocorre a partir da perspectiva transformadora da sociedade – quanto aos aspectos social e econômico.

A concepção de educação como ação emancipadora onde a mesma concebe o ser humano como pessoa que tem um passado rico em experiências. Assim, a educação como advento de formação humana tem que estar acoplada aos aspectos culturais do ser humano, contribuindo assim para a formação de um ser contestador e refletidor de suas ações.

A expressão *educação no campo* não deve ser vista apenas como uma ação de aprendizagem entre docente e discente. Esta expressão vai mais além, pois, sua função passa além dos bancos escolares já que a ação educativa compreende a troca de experiências, seu processo de socialização e de formação e desenvolvimento de capacidades cognitivas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96 em seu art. 1 determina:

A educação em sua concepção mais ampla é determinada nas relações sociais, familiar, no trabalho, na escola, entre amigos objetivando um maior desenvolvimento e aquisição de experiências necessária para a plena caracterização do ser humano como um indivíduo apto a se socializar. (ARROYO, 2011, p.77)

Portanto, a educação não é apenas de responsabilidade de um único grupo social, mas de todas as relações que envolvem os indivíduos independentes do seu contexto social (raça, cultura, religião, etc.).

Segundo Rocha (2010, p. 44) A educação do campo pode acontecer das seguintes formas:

Educação Formal – são iniciativas voltadas para escolarização dos indivíduos envolvendo todos os níveis de ensino, ou seja, do infantil ao nível superior, ocorrendo dentro do âmbito escolar, independente de ser oferecida por instituições públicas, privadas ou comunitárias, contribuindo para o crescimento intelectual e profissional da população.

Educação Informal – são iniciativas voltadas para a aquisição dos valores culturais como a fala, a cultura. Incluindo também, o comportamento, os valores, as atitudes, ou seja, tudo que é adquirido através da família e das relações sociais.

Assim, é possível concluir que a educação no campo se desenvolve a partir das características sociais de cada indivíduo que tem seu próprio modo de vida, sendo necessário por parte dos educadores um trabalho que leve em consideração as características pertinentes ao espaço rural.

Não podemos determinar o campo como uma área extremamente homogênea, como se houvesse um único ser pensante e com características pertinentes a todos. A sociedade rural é pluralista quando levamos em consideração sua cultura, aspectos ambientais, raça, aspectos econômicos, etc.

Contudo, a educação no campo deve ser direcionada olhando sempre para os aspectos dos direitos da sociedade e seu processo social. A Educação é direito constitucional que cada indivíduo tem e deve ser compreendida pelo poder público como político que proporciona igualdade, respeito às diferenças e construtora de um projeto de inclusão social.

Concepções a parte a educação no campo se constitui como uma ação que vai além da escola. Ela tem o poder de resgatar a dignidade das pessoas, através do direcionamento desta ao mundo social e econômico, retirando do submundo pessoas antes sem nenhuma perspectiva de melhoria de vida.

No entanto, quando falamos em educação deportamos para a consolidação de um país mais justo, onde as pessoas possam participar de forma construtiva e democrática. Neste processo de construção de uma educação no campo participativa e qualitativa esta deve ser construída com a participação de seus integrantes, em um processo democrático onde seus principais objetivos sejam a inclusão social e econômica de todos os integrantes deste processo.

A legislação brasileira referente à educação, dicotomicamente concebe a educação como algo hegemônico. De acordo com a LDB Lei nº 9.394/96:

Art. 1 - A educação ocorre sistematicamente nas relações sociais entre familiares, amigos, no trabalho, no lazer, entre vizinhos, na escola, etc.;

§ 1º Esta lei regulamenta todo o processo educacional, que se verifica nas entidades de ensino público e privado;

§ 2 – A educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social

A lei dinamiza a educação de forma abrangente dando a ela aspectos peculiares onde a torna um processo contínuo e dependente de grupos sociais que podem contribuir para determinar o conhecimento. No § 1 a lei se determina como um retrocesso, pois, delimita todo o conhecimento apenas as instituições educacionais, como se todo o desenvolvimento do discente ocorresse apenas neste espaço. Por fim no § 2 a uma associação entre educação,

trabalho e prática social como se a educação ou mesmo o conhecimento social deve-se única e exclusivamente serem utilizados para este fim. Neste caso a lei não concebe o conhecimento para o usufruto próprio do discente, ou seja, o conhecimento para seu pleno desenvolvimento pessoal.

2 EDUCAÇÃO COMO ADVENTO DO SABER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Aqui se faz pertinente discutir sobre o conceito de educação, seus objetivos, essência, como se delineou ao longo do tempo e como foi constituída pelas classes dominantes deste país.

Percebemos claramente, ao longo da história, que a educação é discutida pelos órgãos competentes de forma generalizada e sem a preocupação devida no que diz respeito à contextualização de cada sociedade. Pois, se levarmos em consideração a sociedade camponesa no Brasil, por exemplo, a mesma possui enormes diferenças regionais e culturais, o que não permite eleger um único modelo de educação, mas não é o que ocorre na realidade.

A mesma educação escolar preconizada na legislação educacional brasileira serve ao camponês do semiárido, ao ribeirinho do Amazonas e ao sem-terra que se encontra nos acampamentos beira-estradas. A mesma educação escolar serve ao jovem da periferia da grande cidade, bem como ao jovem assentado do meio rural. (ROCHA, 2010, p. 63)

Analisando as discussões propostas por Rocha (2010) é possível compreendemos que a educação escolar pública deve contemplar todos de forma igualitária, incluindo as oportunidades no que diz respeito ao acesso a escola. No entanto, essa mesma educação destinada a todos, na maioria das vezes, se encontra oculto os interesses de uma sociedade desigual que condiz com a classe dominante, a qual escolhe como deve ser a escola e sua proposta pedagógica (ROCHA, 2010). A história da educação brasileira se volta para as sociedades dos dominantes e dos dominados que permanece na contemporaneidade distanciando cada vez mais a disparidade entre ricos e pobres aumentando a concentração de renda como também o aumento da pobreza.

Contudo, não podemos escapar da educação, seja ela oferecida de forma não condizente com o seu papel de proporcionar meios que possa transformar positivamente a vida dos indivíduos, mas para que isso ocorra precisamos buscar meios em que a educação seja garantida igualitariamente e que ao mesmo tempo respeite o contexto histórico em que cada educando se encontra inserido, que não venha contribuir para disparidade social dos indivíduos.

[...] a educação pode educar para transformar o mundo em que vive ou, pelo contrário, pode deseducar e manter as pessoas escravas de um sistema de

poder perpetuado a partir de processo de exploração do ser humano o que determina a inutilidade de processos educativos já que constituem práticas de desumanização. (ROCHA, 2010, p. 67)

Assim, é importante ficar atento a prática educativa que desejamos para nossos discentes. Devemos considerar o processo educacional como prática social que propicie o desenvolvimento intelectual do indivíduo necessário para sua inserção na sociedade e desenvolvimento do mesmo consciente de seus direitos e deveres e questionador das ações ocorrente na sociedade.

Se colocarmos em discussão a sociedade camponesa verificaremos que, no Brasil, há enormes disparidades regionais quando considerado seu poderio econômico e seu processo de desenvolvimento. Mas a legislação educacional vigente contempla toda a área rural de nosso país. O que difere entre as duas é a forma como ela é direcionada para ambos sendo este um agravante, pois, a diferenciação não contribui para uma educação qualitativa e igualitária direcionando-se apenas para o meio urbano, subtende-se que por trás existem preconceitos contra a população do campo.

A LDB Art. 2º nº 9.394/96, descreve:

A educação é obrigatoriedade do Estado, da família e por ventura de toda a sociedade, onde devem ser direcionadas ao processo democrático, as relações sociais, objetivando-se prioritariamente ao desenvolvimento intelectual do discente, e seu preparo para as atividades do trabalho e da cidadania. (ROCHA, 2010, p. 63)

Observe-se que a obrigatoriedade da família e do Estado em oferecer a educação é determinada nos incisos da legislação em vigor. Descomprometendo uma obrigação exclusiva do Estado em relação à educação dos educandos passando a dividir essa responsabilidade com a família podendo também ser direcionado para o restante da sociedade, pois, é ela quem recebe parte dos benefícios do aprimoramento educacional do adolescente.

Neste sentido, não existe apenas uma forma de educar. Existem na realidade várias formas de educação que se constrói através das vivências que o ser humano se depara ao longo de sua vida. Por isso, se determina o ser humano como um ser pluralista, ou seja, não criamos um ser único e sim com características diferentes um dos outros, a partir de seus conhecimentos que se diferencia dos demais seres.

A educação como atividade pedagógica e social, determina indivíduos com características sociais, crenças, valores, códigos, caráter, pensamentos de acordo com as suas

necessidades. Esta modelagem do ser humano é a mesma que acarreta uma escravização do educando aos conceitos e ideologias das classes dominantes.

2.1 A reivindicação da população do campo quanto à qualidade da educação praticada no campo

O Brasil se formou e ainda vive de forma agrária, mesmo que nos últimos anos venha perdendo este status com o advento das novas formas de produção, o que não se contabilizou para a educação do campo que durante a criação das Constituições de 1924 e 1891, não se decretou nenhum encaminhamento sobre esta modalidade de ensino.

Só a partir do século XX que se inicia uma moldagem da educação rural através dos movimentos sociais do campo. Seu objetivo se configurava na proposta de determinar uma educação voltada para a população rural e urbana preparando os cidadãos para o trabalho e com isso o desenvolvimento das atividades agrárias (agricultura e pecuária).

Durante a década de vinte, o Brasil inicia uma mudança em seu modelo econômico deixando de ser do tipo colonial agrário quase que totalmente para a instalação do capitalismo industrial.

De acordo com Rocha (2010) surgem as divergências entre o meio urbano e o rural, onde os ruralistas se contrapõem aos industriais. O principal embate entre ambos surge em considerar a atividade industrial como a principal produtora de riqueza diferentemente da agrária que na época era considerada improdutiva. Dessa forma, existiam discordâncias no que diz respeito à importância de cada setor da economia no qual cada envolvido defendia suas concepções.

O debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da Educação do Campo. Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, inferior, do arcaico. (ARROYO, 2011 p. 11).

Com o processo migratório originário da migração de europeus e asiáticos cuja colaboração foi o de trazer uma nova configuração para sociedade brasileira através da implantação de novos padrões de comportamento no campo onde a relação proprietário e trabalhadores rurais passaram por um processo de mudanças, por exemplo, a passagem das

atividades artesanais para as industriais, o desenvolvimento da consciência de classe do operariado urbano.

Neste contexto sociocultural inicia-se, mesmo que de forma discreta, as atividades educacionais no campo que vincula a questão latifundiária sendo controlado pelo poder das oligarquias rurais e políticas. A partir da década de 30, observa-se um modelo de educação do campo voltada para o desenvolvimento do mesmo.

Esse processo de modernização do campo através da educação surgiu a partir de uma reivindicação do segmento migratório interno, ao crescimento da pobreza no campo, ao processo de urbanização cada vez mais crescente que se sentia órfão de educação e principalmente do empresariado local que necessitava de uma melhor escolarização da mão de obra crescente no país.

As várias organizações da sociedade civil iniciam a luta pela educação pública e gratuita e são integralmente influenciados pelas questões agrárias, cuja contribuição se faz no questionamento sobre a educação no campo. Mesmo com tais questionamentos esta reflexão ficou marcada mesmo pela visão que a escola tinha na época de prover o homem do campo no campo contribuindo assim para o não inchaço das cidades e a eclosão de problemas sociais.

Nos anos de 1960 a população dita urbana via a população do campo como uma sociedade a parte, pois, esta era considerada como preventora de hábitos diferenciados dos seus e a escola neste sentido poderia preparar os imigrantes do campo para sua inserção a cultura urbana.

Os moradores das cidades tinham a convicção que a problemática das escolas do campo se derivava da sua organização, como também a metodologia ali empregada onde os professores não tinham o preparo adequado para o trabalho.

Durante o *Seminário Regional* que antecedia o *II Congresso de Educação de Adultos*, no ano de 1958, Paulo Freire apresenta a carta intitulada: *A Educação dos Adultos e as populações marginais*. Tal referimento demonstra a preocupação e chama todos para uma reflexão para os problemas sociais dentre eles o alto índice de analfabetismo condicionando sua diminuição ao desenvolvimento de toda a sociedade.

Paulo Freire descreve na carta que a escola deve ser criada e desenvolvida a partir da participação popular, ou seja, uma escola construída pela sociedade e para atender os interesses de toda a sociedade.

Neste momento de mudanças sociais e fortalecimento dos movimentos sociais, a educação no campo pode ser determinada como crucial na perspectiva de atender aos

interesses de uma população marginalizada socialmente e que respeita as diferenças na diversidade de seu contexto.

A presente Resolução institui as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica* nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino. 24 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de Março de 2002.

De acordo com a *Lei de Diretrizes Operacionais da Educação Básica das Escolas do Campo*, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996-LDB, que regulamenta as ações operacionais para a educação básica do campo, afirma que a educação deve ser realizada em uma conjuntura onde tanto o poder público quanto o privado devem ser os estimuladores de todas as ações educacionais do campo conjuntamente com os mais variados movimentos sociais. Podemos destacar abaixo algumas ações:

A urgência em se determinar a educação do campo como política do Estado, determinando esta como respeitadora das diferenças individuais de qualquer indivíduo, respeito a cultura, construção de uma educação qualitativa e principalmente criação de um currículo que atenda às necessidades do discente do campo;

A formação do discente e seu desenvolvimento em diferentes campos do saber, que possam habilitá-lo as atividades desenvolvidas no campo;

Desenvolvimento de aptidões que propiciem o prosseguimento dos estudos. O currículo deve ser desenvolvido como proposta de incentivo a continuidade dos estudos do educando;

Participação de toda a comunidade escolar no planejamento e desenvolvimento da educação do campo; (Brasil - Ministério da Educação, 2002, p. 36).

Este documento não se refere apenas a conteúdos, mas sim ações que devem ser direcionadas a educação do campo, cuja atuação se determina em um espaço que no Brasil se torna diferenciado dependendo da sua localização. Contudo, suas ações ainda se fazem pertinente já que a educação no campo ainda não se determinou de forma qualitativa e generalizada precisando muito de ajustes para se determinar os anseios de uma população que almeja uma educação socializadora.

3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENSINAR E APRENDER COMO FATORES PREPONDERANTES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A construção de um modelo educacional se institui a partir da necessidade dos vários grupos sociais de poder ter acesso aos mais elementares campos do saber. É notório que o povo brasileiro é formado por um grande emaranhado de etnias e que constitui um importante papel para o nosso entendimento de povo, nação, estado e identidade.

Para as elites que dominam o cenário político do Brasil havia a concepção de que o homem do campo não tinha a necessidade de instrução, ou seja, a educação no campo não se fazia necessária, ou ainda, a formação intelectual do homem do campo era desnecessária.

Nos idos de 1970 já com mais de 50% da população vivendo nas cidades, inicia-se a partir daí movimentos que determinavam ou viam a educação rural como instrumento determinante para a diminuição do êxodo rural no Brasil.

Apenas no século XIX, especificamente a partir de 1930 que a educação do campo passa a ser visto pelo poder público através de suas políticas de fomento como algo com certa importância.

Mais tais políticas determinada pelo Estado brasileiro não objetivava a preparação do indivíduo para as novas concepções econômicas que vigoravam no Brasil, e sim seu principal objetivo era o de dar condições a uma massa de pessoas descontentes com as condições sociais do campo e com isso determinarem sua fixação neste espaço, abafando os problemas sociais que eclodiam e se transferiam para a área urbana.

Este contexto social determina a educação do campo não só como um processo de desenvolvimento do indivíduo através de seu letramento, mas também de formação para o trabalho no campo (agricultura e pecuária), e com isso fixar cada vez mais o homem neste espaço.

A educação que se deveria pensar e/ou proporcionar aos povos do campo de forma contextualizada possibilitando transformações, libertando e emancipando, ou seja, apresentando no cotidiano das escolas e na própria sociedade, porém esse modelo tão almejado por todos nós que buscamos uma educação digna para o povo do campo ainda não se efetivou na vida e nas práticas pedagógicas.

A propósito da educação popular esta se objetiva a possibilitar a camada “abastarda” da população um modelo de educação que as contemple. A possibilidade de determinar a

educação a partir dos movimentos sociais, sobre a concepção de liberdade e a dignidade humana veio como forma de pensar uma educação popular que dinamiza o conhecimento.

Aqui, no Brasil, como movimento social do campo instituiu-se o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), dentre suas reivindicações está à educação que se instituiu como propositura para o soerguimento de todo o movimento.

Nos primórdios de nossa formação como nação a educação popular em sua constituição se deriva dos pensamentos do educador Paulo Freire, cuja contribuição foi de grande valia para a sua formação. Tal educação surgiu no pensamento que todo indivíduo do campo tem conhecimento pré-determinado. (ARROYO, 2000, p. 15).

Neste sentido, Paulo Freire compreende que o modelo de educação do campo não está em conformidade com a realidade dos camponeses, idealizando o sonho libertador do homem do campo que foi intitulada em seu inscrito *Pedagogia Libertadora*.

Assim, a educação popular passa a ser debatida agora por todos que a idealizam: sociedade rural, pedagogos, diferenciando-se do passado quando a mesma era formulada e discutida por indivíduos que não tinham uma vivência no campo.

Por isso passou a denominar a educação estabelecida no meio rural como educação do campo, pois esta simboliza a importância que o campo tem para a sociedade. Nesta nova concepção de campo não mais se designa tal propositura apenas ao homem que lida diariamente na produção de alimentos e sim a todo indivíduo que mora e reside naquele espaço.

Os povos do campo sempre sofreram com os problemas vividos no campo, e foi na *Pedagogia Libertadora* (1996), de Paulo Freire, que eles encontraram o motivo para a reflexão dos problemas enfrentados; problemas estes que adentram na constituição e funcionalidade da escola.

O entendimento que se faz da escola se direciona para a formação do indivíduo para a vida escolar e social. Esse processo quando determinado na educação popular se direciona a partir da sua formação escolar e seu processo de inserção social, que deve ser determinado no processo educacional e nas atividades educativas.

A educação popular é na realidade uma atividade de cunho político, determinando-se como transformadora a partir dos encaminhamentos feitos pelas entidades sociais. Como campo de múltiplos envolvimento populares, a educação popular se tornou um lugar de reivindicações, onde ocorre o envolvimento de todos buscando-se uma transformação de um quadro social formado nos primórdios de nossa história.

Fica evidente que a educação popular no campo é uma ação que não configura com os moldes praticados na educação urbana, pois as pessoas aí envolvidas tem necessidades diferentes.

Neste sentido, as necessidades do homem do campo são mais acentuadas e urgentes que o urbano devido este ter sido ao longo do tempo marginalizado principalmente no setor educacional onde não teve suas necessidades amplamente reconhecidas.

A partir da educação do campo surge uma esperança de progresso ao homem do campo e de sua ruptura com as formas que dominavam todo o processo educacional do Brasil e que determinavam sua submissão.

Para isso a discussão sobre a prática escolar através das variantes da educação popular/libertadora e do campo foi importante para dar maior credibilidade as reivindicações que a sociedade rural almejava.

Neste processo, Paulo Freire foi de importante valia com sua *Pedagogia Libertadora*, pois, propiciou uma discussão sobre as práticas pedagógicas praticadas até então na escola do campo permeada por um passado histórico que não contribuiu para o desenvolvimento do campo.

A Pedagogia Libertadora se direciona na produção de uma educação crítica onde o indivíduo é o ser transformador de sua realidade. Neste processo a alfabetização ocorre através da utilização das características que cada ser humano disponibiliza e que adquire na sua relação com outros seres. (PAULO FREIRE, 2002, p. 23)

3.1 A sociedade camponesa e sua importância para a sociedade capitalista atual

Ao longo da nossa história a sociedade rural foi vista como atrasada e fora dos padrões de desenvolvimento do qual o Brasil almejava. Para isso as políticas governamentais eram prioritárias ao atendimento da população urbana.

O afunilamento da oferta pode ser percebido pela distribuição das matrículas nos diferentes ciclos e etapas da Educação Básica. O estudo Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo, realizado em 2009 para o Observatório da Equidade, órgão vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, mostra que para cada duas vagas nos anos iniciais do fundamental existe apenas uma nos anos finais. Para cada

seis vagas nos anos finais, há apenas uma no ensino médio. Na zona urbana a relação das matrículas é de quatro vagas nas séries iniciais, três nas séries finais e duas no ensino médio. A dificuldade em dar prosseguimento aos estudos é nítida quando se compara a escolaridade dos jovens. Entre a população urbana de 25 a 34 anos, 52,5% têm ensino médio ou superior. No meio rural esse percentual é de apenas 17%. (Elisângela Fernandes – Revista Educação)

Com este movimento de privilégios de uma demanda e descaso de outra, podemos perceber a degradante situação em que se encontra a população do campo, relegada a um completo descaso do Estado a atender o que institui em sua própria constituição:

De acordo com a constituição federal de 1988 em seu art. 3º no parágrafo IV em seus princípios fundamentais descreve que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Este modelo de desenvolvimento excludente trouxe amargas consequências para o Brasil, pois, contribuiu para o processo de saída do homem do campo para a cidade e conseqüentemente o inchaço das cidades ocasionando severos problemas sociais como a violência e o desemprego.

Quando o Estado brasileiro se deu conta do atraso do campo iniciou-se uma profunda mudança, onde o campo passa a ser visto como parte integrante do Estado brasileiro e de suma importância no processo de travamento do deslocamento de levas de imigrantes para a cidade.

Outro ponto importante a se destacar foi à importância do campo, ou seja, das atividades econômicas ali desenvolvidas como a agricultura e a pecuária que por muito tempo contribuiu para o desenvolvimento econômico nacional, e infelizmente alargando ainda mais as disparidades econômicas, sócias, culturais e simbólicas existentes entre o espaço rural e urbano, já que o que economicamente era produzido no campo era aplicado no setor urbano, degradando sistematicamente o meio rural e intensificando os conflitos agrários, a exemplo das ligas camponesas¹. A educação rural foi construída baseada no modelo urbano, ou seja, os trabalhadores rurais eram letrados para servirem aos interesses do agronegócio que crescia no Brasil. Com a implantação de uma nova pedagogia no campo esta contribuiu para trazer

¹ As primeiras Ligas Camponesas surgiram no Brasil em 1945, logo após a redemocratização do país depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país.

características do campo para a educação proporcionando uma diminuição do índice analfabetismo. Com a introdução dessa nova pedagogia a autoestima do discente do campo elevou-se.

O campo hoje não é sinônimo de agricultura ou de agropecuária; a indústria chega ao campo e aumentam as ocupações não agrícolas. Os traços culturais do mundo urbano que passam a ser incorporados no modo de vida rural, assim como a traços do mundo camponês que voltam a ser respeitados como forma de resgate de alguns valores sufocados pelo tipo de urbanização que caracterizou nosso processo de desenvolvimento. (ARROYO, 2011, p. 33-34).

Porém, o modelo anteriormente citado por décadas não se discutia com esse propósito, ou seja, inicialmente não se dava a importância devida ao camponês, não havia um projeto voltado às necessidades da sociedade rural que possibilitasse a melhoria do homem do campo. Entretanto, a educação já era um bem garantido por lei a todo cidadão porém ao povo do campo esse direito era negligenciado, é aí que entram em cena os vários movimentos sociais que passam a lutar não só pela terra, mas também pelo acesso a uma educação de qualidade que tenha como principal objetivo preparar o homem do campo para os novos paradigmas exigidos pela sociedade moderna, ou seja, o homem do campo podendo ter as mesmas oportunidades do homem urbano.

A pergunta que se deveria fazer é como alinhar desenvolvimento sem causar desemprego ou êxodo rural? Para alguns cientistas a formulação de políticas educacionais poderia em parte solucionar esta problemática, mais nunca se esquecendo de contextualizá-la com as características deste espaço.

Hoje, a sociedade vê o campo como de fundamental importância para o meio urbano como: produtora de alimentos e de riquezas incorporadas aos hábitos e costumes do homem urbano.

Mais a educação no campo ainda padece de melhoramentos, pois, se constituiu aos moldes urbanos o que não contribuiu para a diminuição da defasagem que este espaço tem com relação ao urbano. Outro ponto a se destacar é que ali se concentra o maior número de famílias analfabetas, inclusive um número assustador de adolescentes.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considerando os maiores de 11 anos, o número de analfabetos caiu de 27,7% para 21,2% sendo considerando ainda alto para os padrões internacionais o que muito prejudica o desenvolvimento econômico e a melhora da renda desta população.

Neste sentido, o grande número de analfabetos no campo trouxe o aumento da miséria já que sem escolaridade estes se veem sem condições de conseguir emprego devido ao desenvolvimento das tecnologias que exigem trabalhadores cada vez mais qualificados.

Mas a chegada da modernidade no campo através da tecnologia fez com que a sociedade brasileira não mais enxergasse o campo como espaço geográfico atrasado, pois ao longo do tempo os agricultores passaram a utilizar as máquinas nas atividades agrícolas proporcionando lucros mais significativos deixando de lado a agricultura apenas de subsistência, ou seja, a produção do campo cresceu proporcionando o Brasil a ser considerado como o maior produtor em alguns gêneros agrícolas.

Com o tempo a lógica educacional ainda necessita de maior desenvolvimento já que o número de adolescentes matriculados nas escolas do campo ainda é muito pequeno e o contínuo de seus estudos é prejudicado pela necessidade de trabalhar.

Mais ainda as escolas públicas de preparo do homem do campo para o trabalho se desenvolveram na cidade como temos observado as universidades com cursos de agronomia, veterinária, zootecnia como também graduação em Educação do Campo, mesmo que ainda funcionando em território urbano, obrigando os discentes a se deslocarem para a cidade para poder dar continuidade aos estudos.

Mas como desenvolver as atividades educacionais num espaço onde as características sociais e culturais num país de grades extensões são adversas?

Esta pergunta se determina como primordial para o desenvolvimento de uma educação que englobe desenvolvimento sem mudar as características desta população.

Precisa-se primeiramente determinar a educação como atividade desenvolvimentista e que proporcione ao homem do campo uma nova fonte de conhecimento, dando a esta população o alicerce necessário para a sua inserção dentro de um sistema social excludente.

Através da educação quando bem oferecida, de forma qualitativa esta pode determinar ganhos sociais que nenhuma outra atividade possibilita. Através da educação o indivíduo deve se sentir apto a integrar-se na sociedade, dando a ele dignidade e também melhores condições de vida já que a educação determina o desenvolvimento de qualquer sociedade através dos conhecimentos adquiridos e nas trocas de experiências.

Neste contexto social determina-se a qualificação dos professores como de suma importância no processo de formação de uma educação do campo de qualidade aos moldes das necessidades exigidas por esta população como também uma mudança radical no modelo educacional disponível hoje para a educação.

Quanto à instituição da educação infantil no campo esta contribuiu para a melhora dos índices de alfabetização. Porém ainda há muito a se fazer quanto da disseminação deste tipo de educação no campo, pois, ainda são tímidas o acesso desta população a este tipo de educação.

Também deveria se disseminar pelo país afora a implantação de creches que muito contribuiria para se iniciar um modelo de alfabetização que no campo ainda se encontra inexistente.

Alguns dados apontam o crescente aumento do número de matrículas na educação infantil nos últimos anos o que comprova que o adolescente do campo vê a educação como fomento para seu crescimento sendo esta vista como propulsora para seu crescimento econômico, social e intelectual.

Neste sentido a sociedade camponesa vem saindo de seu isolamento se constituindo como importante para a sociedade. É inegável que para a concretização deste ensejo o processo educacional foi determinante, retirando esta população de seu isolamento que durante anos ficou exposta.

3.2 Principais problemas encontrados pelos discentes do campo

Sabemos que os problemas do campo não podem ser generalizados por um único motivo aparente, pois, moramos em um espaço considerado o quinto maior do mundo com diferenças culturais gritantes devido ao seu tipo de colonização.

Neste aspecto, temos regiões bem desenvolvidas como Sul e Sudeste e outras pobres economicamente como Norte e Nordeste, onde as dificuldades do homem do campo se fazem perceber.

Tais problemas econômicos e sociais são determinantes para a atuação da educação no processo de desenvolvimento do indivíduo social. As características do campo nas regiões menos desenvolvidas são diferentes das regiões mais ricas.

Para os habitantes do campo no Norte e Nordeste este espaço é de suma importância para sua sobrevivência, já que ali se processa a agricultura familiar onde a terra é o único meio de obter o sustento. No Sul e Sudeste o campo se processa como atividade econômica geradora de riqueza.

A população do campo nas regiões ricas possui um maior grau de instrução, pois, há existência de cursos superiores em maior quantidade e onde a maioria da população utiliza estes conhecimentos no desenvolvimento das atividades agrárias o que muito contribui para o crescimento de todo o espaço.

No Norte e Nordeste a educação do campo ainda enfrenta dificuldades em seu estabelecimento, já que esta população ainda não vê a educação como fomento para seu desenvolvimento e onde o ler e escrever já basta para seu entendimento.

Aliado a isso a pouca renda propiciada pelas atividades agrárias se torna um agravante no processo de escolarização. Por isso, uma parcela considerável da população do campo prefere o trabalho à dedicação aos estudos, pois, com o trabalho conseguem se sustentar e veem a educação como um empecilho para a geração de renda, pois muitos querem um retorno econômico imediato, já que a educação não consegue proporcionar a mesma deixa de ser atrativa.

Outro ponto negativo sobre a educação do campo se refere a sua infraestrutura inadequada para a realização de tais atividades. A grande parte das escolas do campo não dispõem de atividades recreativas, quadras poliesportivas, professores qualificados e livros didáticos que não condizem com a realidade do discente. A violência atualmente também é um agravante para o homem do campo, pois esse fator tem levado milhares de famílias abandonarem suas terras e migrarem para as cidades por medo.

Neste parâmetro o número de desistência escolar dos discentes do campo supera em muito o da cidade. Conclusivamente este processo se mostra pelo número alto de analfabetos que se encontra no campo o que prova a necessidade de se reinventar a educação diferenciando-a da educação praticada nas áreas urbanas.

Para alguns estudiosos o processo educacional implantado no campo não foi constituído para o pleno desenvolvimento desta população. Este foi realizado para diminuir as tensões do campo quanto a falta de escolaridade e de terras para o plantio, reivindicações estás que foram sempre exigidas pelos movimentos sociais como MST.

Precisa-se com urgência determinar a educação do campo como prioridade para que solucione historicamente a exclusão por que passou toda a população rural.

Neste contexto a uma necessidade também de se instalar mais escolas, as quais venham oferecer o ensino fundamental completo e o médio já que a maioria das escolas só possui o ensino fundamental incompleto fazendo com que uma grande parcela da população do campo se dirija para a cidade para dar continuidade aos estudos, inclusive o médio e o superior.

3.3 Os novos desafios para a educação do campo no próximo milênio

Nos próximos anos os desafios são grandes para implantação de um modelo de educação no campo já que na sociedade contemporânea em parte excludente só se insere nela os indivíduos altamente qualificados.

Neste processo necessita-se com urgência uma educação no campo que venha a exercer seu objetivo como atividade desenvolvimentista das capacidades cognitivas do indivíduo.

Neste caso as novas tecnologias devem ser utilizadas de forma maciça contribuindo esta no processo de desenvolvimento do educando preparando-o para as novas concepções que a sociedade atual exige como saber ler, escrever e desenvolver aptidões.

Para isso necessita-se que educadores estabeleçam reformulações nas políticas públicas que regulam a educação no campo dando a ela maior visibilidade e contextualizando-a como prioridade.

O principal desafio da educação do campo se refere a dar a esta população a dignidade que por anos ficou esquecida já que para os “doutores” do saber apenas a população urbana era digna de conhecimento que a educação poderia propiciar.

Neste aspecto ficou a educação do campo fora do contexto educacional sendo somente em alguns espaços rurais desenvolvidas o que muito contribuiu para a defasagem de conhecimento entre a população urbana e a rural.

Faz-se necessário aqui descrever que todo o processo educacional estabelecido no campo ainda se determina de forma prematura e não houve uma disseminação dos estabelecimentos educacionais por este espaço e quando se faz de forma não estruturante.

A preparação dos educadores também é outro desafio para os órgãos públicos de ensino já que estes precisam de um conhecimento mais profundo para atender a clientela do campo.

Para isso toda a estrutura deve ser oferecida ao discente do campo sendo necessárias escolas bem estruturadas e que possibilite todo o atendimento as necessidades do aluno, para que este perceba na escola um ambiente saudável ao aprendizado.

Outro aspecto que no Brasil ainda não se conseguiu ser determinado se refere a valorização do docente que ainda recebe valores insignificantes para a tão gloriosa atividade. Muitos recebem salários não dignos com sua profissão tendo muitas vezes que se deparar com estruturas arcaicas para desenvolver seu valioso trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a educação do campo nunca foi vista pela sociedade brasileira como algo a ser implantado efetivamente ou mesmo como advento que pudesse diminuir o distanciamento entre a população do campo e da cidade.

Para estes o campo era considerado atrasado e não propiciador de desenvolvimento do país, pois, ali se concentrava uma grande parcela da população marginalizada sem instrução alguma.

Com o passar do tempo e através dos distúrbios sociais por que passava a sociedade brasileira, em especial a do campo, as autoridades viram que a implantação do sistema educacional no campo poderia em parte diminuir tais tensões.

Mesmo com a implantação da educação no campo este não veio propiciar grandes mudanças já que suas características eram meramente urbanas, o que muito distorceu os anseios da população do campo quanto a sua iniciação.

Neste contexto, a educação do campo não conseguiu trazer ao homem do campo grandes soluções para os quais, ao longo da história passou por um processo de marginalização social e econômica determinando até os dias atuais grandes distorções vistas na sociedade brasileira.

Há uma necessidade urgente de uma mudança no modelo de educação implantada no campo, pois, suas características não satisfazem o discente do campo. Neste aspecto, processa-se um entendimento que a educação não se faz através de um currículo pré-determinado onde sua organização se caracteriza como sendo urbano, sendo este não adaptável ao campo.

Melhoramentos quanto a qualidade do ensino e a qualificação do professor se fazem necessário para que a educação no campo seja mais interessante e que venha contribuir para um aumento considerável das matrículas e menor desistência do alunado.

Neste caso as políticas públicas devem dar um pouco mais de importância ao ensino no campo, fazendo com que através da educação se processe a socialização e o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do discente do campo, contribuindo assim para a sua inserção como cidadão.

Para que isso aconteça se faz necessário primeiramente que se processe o diferencial das políticas públicas, pois, cada região apresenta diferenças quanto as suas necessidades não sendo necessária implantação de uma única política que englobe todos da mesma forma.

Outro ponto importante é a participação de todos os envolvidos na implantação de uma política pedagógica, já que com a participação das entidades sociais que representam a população do campo dever-se-ia definir uma estrutura educacional ao qual contemple os anseios desta população.

Neste caso determinamos como política pública a necessidade de uma educação de qualidade e que seja transformadora dos aspectos sociais, ajudando a exterminar o preconceito para com o homem do campo. Não permitindo o continuísmo da marginalização dessa gente.

Uma educação de qualidade também se refere a transformação dos aspectos econômicos contribuindo para a preparação destes indivíduos para o mercado de trabalho já que na sociedade capitalista os inseridos nela são os indivíduos qualificados.

Como vemos a educação é um processo que em muito pode ajudar na transformação do campo, determinando tanto o conhecimento como a inclusão social desta população.

Neste contexto nos deparamos com escolas muitas vezes abandonadas ou com professores desqualificados para o atendimento do discente principalmente aquele do campo.

Para este as condições de vida se diferencia do discente urbano, neste caso deve-se respeitar as condições de trabalho ou os ciclos econômicos e climáticos, pois, muitos desses discentes diferentemente do urbano vê na agricultura a única fonte de renda ocasionando uma preferência pelo trabalho do que pela escola.

Observamos que são muitos os desafios que a educação tem para ser solucionado porem, se faz necessário destacar que o processo de melhoramento da educação do campo é algo que podemos construir para que haja uma mudança da realidade enfrentada pelos campesinatos, porque não começarmos de nós mesmos a olhar os nossos discentes do campo da mesma forma que direcionamos nossas perspectivas aos discentes urbanos?

Neste ensejo a educação se determina como o único instrumento necessário para o melhoramento das condições sociais e econômicas dos discentes de modo geral, por isso é preciso que se trabalhe com currículos diferenciados que atente para a realidade de cada região, ao mesmo tempo em que possa possibilitar um crescimento intelectual de forma justa para todos independentes de cor, nível social ou cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel Gonzalez, Roseli Caldart, Mônica Castagna Molina. **Por uma Educação do Campo**. Ed. 5ª. – Petrópolis, RJ: Vozes 2011.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Coletânea de textos didáticos 2**. Campina Grande: Eduepb, 2013

MINISTÉRIO da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNEQ/CEBNº1 – DE 3 DE ABRIL DE 2002.

Educador, Google. Disponível em:

<<http://www.portal.educador.brasilecola.com/politica-educacional/a-educacao-de-jovens-e-adultos.htm>> Acesso Portal em 19 de maio de 2014

PortalMec,Google.Disponívelem:

<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf> Acesso em 19 de maio de 2014

Portal suapesquisa, Google. Disponível em:

<<http://www.portal.suapesquisa.com/paulofreire>> Acesso em 19 de maio de 2014

Portal planalto, Google. Disponível em:

<http://www.portal.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 19 de maio de 2014

Portal Mec. Google. Disponível em:

<<http://www.portal.Mec.Gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023-07.pdf>> Acesso em 19 de maio de 2014

ROCHA, Eliene Novaes, José Wilson Souza Gonçalves. **Educação do Campo**. Brasília, DF: CONTAG, 2010. p. 2010. V. 1.

<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/163/artigo234867-1.asp> Acesso em 22 de maio de 2014.